



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO - CAU/ES

ATA DA 15ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA QUINZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E TREZE.

- 1 **Início**: 18h30min.....
- 2 **Término**: 22h10.....
- 3 **Local**: Four Towers Hotel, sala Mediterrâneo, na Av. Saturnino de Brito, 1327 – Praia do Canto
- 4 – Vitória/ES.....
- 5 **Presenças**: Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho** (Presidente). **Conselheiros**
- 6 **Estaduais**: Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**, Arq. e
- 7 Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**, Arq. e Urb. **Eliomar Venâncio de Souza Filho** e Arq. e
- 8 Urb. **José Carlos Neves Loureiro**. **Assessoria ao Plenário**: **Patricia Cordeiro**. **Secretaria**:
- 9 **Joana D’Arc do Sacramento Araújo**. **Funcionários**: **Ana Lúcia Nascimento dos Reis**,
- 10 **Anna Carolina Perim Simonassi**, **Márcia Martins Angeli** e **Wiviane Lombardi**
- 11 **Broco**.....
- 12 **ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente e aprovação da pauta** - Constatado o
- 13 “quórum” regimental e após a execução do Hino Nacional, o Presidente do CAU/ES **Tito**
- 14 **Carvalho** declara abertos os trabalhos. A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** solicitou que
- 15 seja inserido como ponto de pauta a reavaliação da junção da Comissão de Exercício
- 16 Profissional, Ensino e Formação Profissional - CEPE–CAU/ES este ponto é incluído e a pauta
- 17 é aprovada por unanimidade. **ITEM II – Aprovação da Ata da 13ª Sessão Plenária Ordinária**
- 18 **do CAU/ES** – O Presidente **Tito Carvalho** submeteu a votação a aprovação da ata da 13ª
- 19 Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES, sendo aprovada por unanimidade. **ITEM III –**
- 20 **Reavaliação da junção da CEPE do CAU/ES** – O presidente **Tito Carvalho** propõe que a
- 21 conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** fale sobre o assunto. A conselheira **Ana Paula Rabello**
- 22 **Lyra** explicou que a junção da Comissão de Exercício Profissional e a Comissão de Ensino e
- 23 Formação Profissional ocorreu devido à falta de quórum para realização das reuniões e que
- 24 após essa união, seria feita uma avaliação em outubro. Como persiste a falta de quórum e
- 25 com o crescimento da demanda, sugeriu a divisão da comissão. O presidente **Tito Carvalho**
- 26 ressaltou que administrativamente para o CAU/ES não há rejeição a essa proposta de divisão
- 27 e sugeriu que as titularidades e suplências sejam articuladas de forma a aproveitar melhor o
- 28 grupo. O conselheiro **Eliomar Venâncio de Souza Filho** informou que na revisão do
- 29 regimento foi feita essa previsão, para este item ser debatido. O conselheiro **José Carlos**
- 30 **Neves Loureiro** explicou que como essa questão está no regimento, teremos que aprová-lo

31 o quanto antes. O presidente **Tito Carvalho** esclareceu que a ideia é agilizar a aprovação do
32 regimento interno para próxima plenária, pois a partir do momento de sua aprovação, a divisão
33 das comissões estará em vigor. Explicou também que teremos que montar uma peça
34 orçamentária para 2014 e planejar as ações das comissões para o ano de 2014. O conselheiro
35 **José Carlos Neves Loureiro** informou que precisamos dessas duas aprovações, tanto do
36 regimento, quanto do orçamento de 2014. **ITEM IV – Seminário da CEPE** – O Presidente **Tito**
37 **Carvalho** passou a palavra para conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** que relatou ter
38 participado de encontros que o CAU e as instituições de arquitetura vem promovendo,
39 relacionados com as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em arquitetura e
40 urbanismo, e cada estado organizará um seminário, então, foi feita a proposta na CEPE para
41 a realização do seminário no dia 05 de novembro de 2013. Sugeriu adotar uma programação
42 mais compacta, convidando o conselheiro Federal José Roberto Geraldine Junior, que tem
43 acompanhado o processo de revisão a muitos anos, avaliador de cursos do Ministério da
44 Educação - MEC, do Mercosul e poderá fazer um breve histórico sobre as diretrizes
45 curriculares, os novos conceitos da CNE - Comissão Nacional de ensino do MEC para essas
46 revisões e promover um debate objetivando extrairmos contribuições do nosso estado.
47 Esclarece que gostaria de levar essas contribuições para o Congresso Nacional que vai
48 acontecer, em novembro, em Goiânia. E levar para a CNE em Brasília. O conselheiro **José**
49 **Carlos Neves Loureiro** faz um questionamento sobre a reunião de Planejamento Estratégico,
50 onde informaram o número de professores com dedicação exclusiva e os professores com
51 experiência prática. E foi dito que há uma legislação, mas fica a critério do coordenador. E
52 que é importante que se tenha o conhecimento acadêmico e a dedicação exclusiva. E explicou
53 que é diferente a análise de um professor que nunca entrou numa obra e que só conhece
54 arquitetura e urbanismo por uma questão teórica. A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra**
55 informou que essas e outras questões foram levantadas. Mas explicou que na formatação de
56 um curso superior e na avaliação, existem dois momentos o de elaboração e implantação do
57 curso, em que tem que seguir as diretrizes curriculares. Onde os avaliadores do MEC que
58 precisam pontuar e validar o curso e dar o conceito se ele é aprovado ou não. E nesse
59 instrumento de avaliação existem três dimensões, uma é o corpo docente, outra é a
60 infraestrutura do curso e a organização didático pedagógica. E esclarece que é muito difícil
61 conciliar um professor que tenha muitas titulações e muita experiência prática, então, tem sido
62 debatido, como podemos legitimar esse instrumento? E o que podemos trazer deste
63 instrumento neste debate que está acontecendo sobre as diretrizes curriculares? **ITEM V –**
64 **Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos** - O presidente **Tito Carvalho**
65 solicitou que o coordenador da Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos -
66 CPFA relatasse sobre a aprovação de deliberações e Fizesse um relato do planejamento
67 estratégico CAU/BR. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** citou que após a realização

68 da reunião da Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos - CPFA, teria que ser
69 aprovada a deliberação sobre a definição de prazos para serviços solicitados ao CAU/ES.
70 Explicou que tem que ser estabelecido um prazo mínimo para resguardar o conselho e evitar
71 maiores problemas e coloca que a sugestão aprovada na comissão foi o prazo mínimo de dez
72 dias úteis para atendimento das demandas de análise de Registro de Responsabilidade
73 Técnica – RRT, bem como a questão de acervo técnico. A proposta foi aprovada por
74 unanimidade. Informou que a outra questão seria o relato da reunião de planejamento
75 estratégico, que foi sua primeira participação, acredita que a pauta era equivocada porque
76 quando se reúnem os presidentes, tem que se discutir questões estratégicas e não análise de
77 textos de resoluções. E que a única pergunta pertinente aos presidentes foi “Vocês aceitam
78 fazer essa eleição suplementar como obrigatória? ”. E quase ninguém aceitou. E outra
79 questão pertinente à pauta, era que o CAU/BR quer dividir a conta de manutenção do Sistema
80 de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - SICCAU com todos
81 os conselhos e é justo porque na verdade é um sistema que atende a todos e essa conta vai
82 ficar toda no CAU/BR. E ficou definido que isso seria discutido com mais critério pois dependia
83 da decisão estratégica. O presidente **Tito Carvalho** explicou que a legislação para a primeira
84 eleição valia apenas para a primeira eleição e está sendo feita uma extemporânea que em
85 tese vale apenas para a extemporânea. O conselheiro **José Carlos Loureiro** informou que
86 as inscrições do concurso do CAU estão abertas até dia 27/10/2013 e a prova está marcada
87 para o dia 24 de novembro de 2013, no endereço: www.iades.com.br. E o CAU/BR
88 encaminhou uma descrição de cargos que foi adaptada. Um rapaz que trabalha comigo na
89 prefeitura comentou que a esposa dele é arquiteta e vai fazer o concurso para fiscal, e que o
90 edital do CAU/ES é o único que não está pedindo carteira de motorista. E fiscal tem que ter
91 carteira de motorista, vai ter que arrumar motorista para levar o fiscal para qualquer lugar,
92 enfim, agora já foi. Esperamos que quem passe tenha carteira de motorista senão teremos
93 que pagar autoescola para ele. O presidente **Tito Carvalho** esclareceu que tivemos várias
94 dificuldades de compreender, de nos adaptar e de responder as demandas propostas pelo
95 CAU/BR em matéria de organização. Aprovamos a reestruturação do organograma, onde
96 ocorreu a troca da equipe e tivemos que fechar algumas obrigações legais, como o Relatório
97 de Revisão Orçamentária de 2013. E na fiscalização, tivemos a troca da coordenadora, e com
98 isso, a revisão de rumos. A ideia foi promover algumas ações de comunicação para que se
99 torne mais estratégica. Temos a própria finalização da casa do arquiteto e alguns eventos que
100 estamos propondo realizar até o final do ano. E a somatória dessas ações nos colocou num
101 patamar de maior maturidade e regularidade. Assim o CAU/ES vai poder dar suporte aos
102 conselheiros e cumprir melhor suas obrigações. Na reestruturação, passamos por mudança
103 na equipe, novo organograma, concurso público para contratação de pessoal e planejamento
104 estratégico do CAU/BR e CAU/UF, o que tem nos tomado um grande esforço. Informou que

105 estamos não só acompanhando o CAU/BR, mas também promovendo a qualificação do nosso
106 trabalho interno. Na fiscalização, a ideia é que devemos trabalhar com alguns focos. Como
107 dar continuidade ao Projeto Arquiteto Faz, onde fizemos um evento, promovemos o exercício
108 legal da profissão, no sentido de registrar suas obras, legal em todos os sentidos. Fomos na
109 Casa Cor, na Morar Mais por Menos e desenvolvemos uma série de informações, assim
110 amadurecemos. A coordenadora da fiscalização realizou reunião com a equipe técnica do
111 Corpo de Bombeiros no sentido de viabilizar um relacionamento institucional para que nesses
112 eventos passamos a contar com uma parceria do corpo de bombeiros, e a partir daí, temos
113 uma fiscalização eficiente. Também conversamos sobre a questão das obras em edifícios e
114 a mobilização a partir do síndico, ou seja, teremos dois grandes atores em qualquer obra
115 dentro de um prédio, o profissional e o síndico. Coloca que os profissionais já receberam os
116 tutoriais e agora queremos chegar no outro lado. No síndico, através da informação da
117 importância da regularização da obra e o risco que se está correndo por não a regularizar.
118 Não só as obras de uso comum, mas também as obras de uso interno. A ideia é se aproximar
119 dos síndicos e estamos fazendo isso de algumas formas, primeiro, com o Sindicato Patronal
120 dos Síndicos da Região Norte do Estado e a ideia é viabilizar um mailing, participar do site
121 deles ou fazer eventos para os síndicos com palestras, promover através do sindicato
122 reuniões com as principais empresas administradoras de condomínio. Cita que no Rio de
123 Janeiro foi aprovado um projeto, tanto no Estado quanto nas prefeituras do Rio e Niterói,
124 obrigando uma autovistoria a cada 5 anos das edificações, obedecendo os critérios da
125 legislação. E estão criando mecanismos para que o síndico registre essa autovistoria, através
126 do site da prefeitura. Esclarece que nos Editais Públicos, a ideia é institucionalizar a pesquisa
127 na internet através de uma ferramenta de busca e vamos estimular que os arquitetos
128 denunciem editais ilegais e também encaminhamos um ofício para todas as prefeituras. O
129 conselheiro **André Luiz de Souza** questionou se tem sido colocado as súmulas e atas das
130 reuniões na internet. A assessora de comunicação, Ana Carolina Perim Simonassi informa
131 que súmulas e atas não estão lá, mas que podem constar. E coloca que tudo que é público e
132 for interessante divulgar, será colocado no site. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro**
133 esclarece que tudo que a gente produz é público e não tem nenhum problema divulgar. A
134 questão é achar se há necessidade ou não. Temos que analisar se é estratégico e se é
135 importante essa divulgação. Mas informa que a partir de agora será divulgado tudo que o
136 plenário decidir ser necessário. O conselheiro **André Luiz de Souza** solicitou que essa
137 divulgação seja feita retroagindo a primeira reunião. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli**
138 **Rocio** sugeriu que se concentre esforços no boletim para arquitetos e urbanistas. O
139 Presidente **Tito Carvalho** explicou que entre o possível e o ideal há uma certa distância. A
140 ideia é muito legal, mas esclarece que isso gera um esforço para todos. E disse que parece
141 fazer todo sentido. Mas sugere retirar o boletim dos conselheiros e focar no boletim para os

142 arquitetos. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** propõe todas as informações sejam
143 analisadas para algumas serem publicadas no *facebook* do CAU e outras encaminhadas ao
144 IAB/ES e ao sindicato para divulgação. Até chegarmos no Plano de Comunicação onde essas
145 situações serão melhores definidas. O presidente **Tito Carvalho** concordou com as
146 colocações e também que o CAU/ES precisa criar uma política e estamos tentando viabilizar
147 o edital de contratação da comunicação. Informou que temos utilizado o trabalho da nova
148 assessora jurídica e que até o momento tem dado mais suporte para o setor administrativo,
149 para atender as pendências e editais que estão sendo produzidos, e são vários. E temos
150 algumas questões estratégicas que precisam ser tratadas e especificamente, uma delas, é a
151 Resolução CAU n.º 51/2013, precisamos propor ações. Não só para nós, mas que possa
152 provocar o CAU/BR e os outros presidentes, porque não afeta só o Espírito Santo, afeta todo
153 mundo. Cita que no final desse mês ocorrerá uma reunião com os presidentes e que pretende
154 levar algumas questões para tentar provocar uma reunião dos jurídicos de alguns CAU/UF.
155 Esclareceu que com relação a Casa do Arquiteto, temos a Fase um, onde a obra está em
156 andamento com previsão de entrega no início de dezembro, data prevista no Edital. E Fase
157 dois, é a parte dos fundos da casa para passarmos a realizar as plenárias e outros eventos
158 lá. Informa que quanto aos eventos, dia 05 de novembro teremos o seminário da CEPE. E a
159 proposta é a fazer um seminário que tenha quatro módulos. Onde o primeiro módulo, o foco
160 seria **Construção de Relações Institucionais e Promoção da Arquitetura e Urbanismo**
161 como ferramenta estratégica para Gestão das Cidades. E trazer o presidente do CAU/PE que
162 é também professor na Universidade Federal e tem uma experiência em Bogotá, Medellín,
163 uma serie de experiências em relação ao tema, tem tratado muito dessa questão, do uso
164 estratégico da Arquitetura e Urbanismo. A ideia é fazer micro palestras do CAU tratando de
165 temas específicos para cada uma dessas questões. Uma segunda palestra, com o Secretário
166 de Desenvolvimento Urbano do Rio Grande do Sul, que é um arquiteto e urbanista, o Guzzato,
167 inclusive foi um dos quatro arquitetos e urbanistas que estavam no Congresso Nacional na
168 luta pela Lei n.º 12.378/2010. No segundo módulo, cuja a estrutura é basicamente a mesma,
169 seriam duas palestras teria a discussão da **Produção da Paisagem Urbana**. Voltada para
170 arquitetos e atores da Gestão Pública, ou seja, qual o vínculo que a gente tem entre uma
171 legislação e a Paisagem Urbana? Pensamos em duas questões: o Processo e o Produto. O
172 arq. e urb. Roberto Montezuma, poderia fazer essa palestra. O terceiro módulo seria voltado
173 para quem está no **Mercado Privado**. A proposta é dividir em dois focos complementares.
174 Um, o professor Dr. Walter Maffei, que há muitos anos ministra cursos sobre Gestão de
175 Escritórios de Arquitetura, e é uma referência. E a segunda palestra, ainda não tem nome, a
176 ideia é tentar negociar com o Sebrae para que eles tragam. Se uma está falando de Gestão
177 Interna, a segunda pode falar de Posicionamento no Mercado, ou seja, uma coisa
178 complementa a outra, como que eu olho e como que eu me posiciono, e com isso

179 automaticamente vamos falar sobre formalização do trabalho, com Registro de
180 Responsabilidade Técnica, tabela de honorários. A ideia é promover um pouco esse debate
181 Mercado e Gestão. Por último, abordar a questão da formação do profissional, onde teríamos
182 dois palestrantes, o conselheiro federal Antônio Francisco de Oliveira e o segundo, o arq. e
183 urb. Ciro Pironi que coordena a Faculdade Escola da Cidade (São Paulo), a ideia é tentar
184 vincular a relação do ensino com a atribuição de mercado. Alerta que a conselheira Ana Paula
185 Rabello Lyra lembrou que por ser a primeira semana de dezembro as faculdades estão
186 bastante tumultuadas, e precisamos avaliar se é possível. Também deixa claro que a princípio
187 o foco é muito mais, nesse momento, coordenadores e professores. **ITEM VI– Relato Sobre**
188 **a Aprovação do Código de Ética** – O presidente **Tito Carvalho** explicou que o único item
189 que ficou pendente da reunião passada foi o relato sobre a aprovação do código de ética. E
190 solicita que o coordenador o faça. O conselheiro **Eliomar Venâncio de Souza Filho** informou
191 que nesse momento está sendo feita revisão ortográfica e revisão jurídica. E ainda está sendo
192 discutida a definição das penalidades: desde a suspensão até a cassação do diploma. Após
193 esta etapa, será publicado no Diário Oficial e a partir da publicação estará valendo
194 oficialmente. Informou que paralelo a isso, seria feita a divulgação do código, mas não foi
195 definida como seria essa divulgação para os profissionais. Que a Comissão de Ética Estadual
196 fará em novembro uma apresentação do Código para os alunos da disciplina de ética da
197 FAESA, a convite da Cons. Suplente Viviane Pimentel. O conselheiro **José Carlos Neves**
198 **Loureiro** afirmou que a reserva técnica não deveria acontecer, mas os profissionais vivem
199 disso, temos isso comprovado com pesquisa. O CAU lança isso como ilícito e assim, vamos
200 ter que fiscalizar e penalizar os profissionais. Com isso vamos criar um problema para o
201 Conselho na relação com os profissionais atrapalhando a relação dos arquitetos com os
202 decoradores ou os designers de interiores. Depois lança Registro de Responsabilidade
203 Técnica - RRT obrigatório para função pública e para privada que tem que ganhar 6 salários
204 mínimos, pois o piso é 6 salários mínimos, quer dizer, é outra redução de mercado, porque
205 essa não é a realidade do mercado. E volta a afirmar que temos que discutir questões
206 fundamentais, em termos de Planejamento Estratégico. Informa que nossa função principal é
207 planejar, como arquiteto. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** sugeriu realizarmos
208 ações junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Espírito Santo – IAB/ES, a
209 Federação Nacional dos Arquitetos - FNA ou o Sindicato de Arquitetos e Urbanistas no Estado
210 do Espírito Santo – Sindarq-ES para antever algumas saídas desse mercado, e juntos chegar
211 num entendimento mais concreto de decisões. O presidente **Tito Carvalho** concordou e
212 afirmou termos que amadurecer nossas instituições para crescer. E com relação ao código de
213 ética, uma sugestão importante para considerar como fechamento do ano é a criação de um
214 relatório com um posicionamento coletivo e o defendermos. O conselheiro **Eduardo**
215 **Pasquinelli Rocio** afirmou que a valorização da profissão do arquiteto depende muito de

216 ações nossas, num grupo de trabalho, na plenária ou em outras reuniões, elencar alguns
217 temas que julgamos importantes para a sociedade. E gerar alguns pequenos grupos de
218 trabalho e identificar a nossa visão sobre esses assuntos. O conselheiro **José Carlos Neves**
219 **Loureiro** esclareceu que em relação a essa questão de mercado de trabalho, o Plano de
220 Trabalho do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Espírito Santo – Sindarq-ES
221 está baseado nisso e têm sido feitas algumas ações. Afirma que obviamente o Sindarq-ES
222 não tem “pernas” nem recursos, mas já avançamos numa série de questões. Até porque esse
223 é o papel do sindicato, essa discussão no ambiente de mercado. O presidente **Tito Carvalho**
224 afirmou que precisamos documentar esse processo para podermos nos eximir e nos defender.
225 Fala que “uma coisa é cumprir, outra coisa é defender. Nossa postura tem que ser avaliada e
226 reavaliada nesse sentido”. **ITEM – Encerramento** – O Presidente **Tito Carvalho** agradeceu
227 toda equipe pela colaboração e apoio, agradeceu aos presentes e nada mais havendo a tratar,
228 declarou encerrada a 15ª Sessão Plenária do CAU/ES. Para constar, eu, **Joana D’Arc do**
229 **Sacramento Araújo**, secretária, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os
230 conselheiros titulares e suplentes no exercício da titularidade, para que reproduza os efeitos
231 legais.....

Vitória, 15 de outubro de 2013.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**
Presidente do CAU/ES

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**
Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eliomar Venâncio de Souza Filho**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**
Conselheiro Titular do CAU/ES